

HABEAS CORPUS Nº 548.439 - SP (2019/0356266-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCIANO PEREIRA DE ANDRADE - SP241228
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTIANO ROSA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CRISTIANO ROSA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravos em Execução n. 7009894-94.2017.8.26.0482).

Depreende-se dos autos que, requerida, em primeira instância, a progressão do sentenciado ao regime aberto ou a concessão de sua liberdade condicional, o pleito foi indeferido pelo Juízo da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Presidente Prudente/SP, com fundamento no art. 112, § 2º, c/c o art. 131, ambos da Lei n. de Execução Penal e art. 83, III, do Código Penal (e-STJ fl. 92).

Interposta agravos em execução, os desembargadores da 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça negaram provimento ao recurso (e-STJ fls. 119/123). Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 121):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. Indeferimento dos pedidos de progressão de regime ou livramento condicional. Decisão devidamente fundamentada. Ausência do requisito subjetivo. Agravo improvido.

Neste *writ*, a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal decorrente do indeferimento do pedido de livramento condicional do sentenciado, com fundamento, apenas, na recente progressão ao regime semiaberto.

Sustenta que "*o reeducando preenche o requisito de ordem objetiva, já que cumpriu fração necessária ao deferimento do benefício. Ademais, avaliado pela direção prisional, o reeducando registra bom comportamento carcerário, conforme*

comprova o atestado em anexo" (e-STJ fls. 8/9).

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, a concessão do "*benefício pleiteado pelo Paciente ou, subsidiariamente, que seja determinado à autoridade coatora que julgue imediatamente o aludido pedido, formulado em sede de execução penal*" (e-STJ fl. 10).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal, notadamente, porque o Tribunal de Justiça manifestou-se no sentido de que (e-STJ fls. 122/123):

Segundo consta do Boletim Informativo de fls. 66/72, o sentenciado cumpre pena pela prática de roubos majorados, com término de cumprimento previsto para 29.02.2020. Registra, ainda, histórico prisional conturbado, com registro de faltas disciplinares de natureza grave durante o curso de execução de sua reprimenda, inclusive com a prática de novos delitos após ter sido agraciado com o livramento condicional, bem como de abandono após a concessão do regime intermediário, traindo, assim, a confiança que lhe fora depositada pelo Juízo.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Presidente Prudente/SP, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto

Superior Tribunal de Justiça

deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator